

JOGO DE ESPELHOS: A dimensão cultural do econômico

- Gisela Aquino Pires do Rio¹

Resumo:

Esse trabalho consiste numa reflexão em torno da temática espaço, economia e cultura como um campo de investigação que vem assumindo expressão nos últimos anos. Neste contexto o jogo de espelhos sugere uma propriedade reflexiva que provoca infinitos desdobramentos e multiplicação de imagens.

O artigo, na realidade, procura esboçar um novo campo de investigação onde a produção cultural é influenciada pelo econômico, tanto quanto qualquer outro campo da vida social; além de estabelecer os novos esquemas interpretativos da Geografia Econômica.

Palavras-Chave: jogo de espelhos; espaço; economia; cultura; geografia econômica.

Introdução

Esse trabalho consiste numa reflexão em torno da temática espaço, economia e cultura como um campo de investigação que vem assumindo expressão nos últimos anos, abrindo um leque amplo de questionamentos. Dentre as numerosas questões que são articuladas à essa temática, indaga-se, nesse trabalho, sobre o econômico como campo de manifestação e construção cultural. Muitas questões podem ser levantadas em torno de um tema amplo. Não seria, nesse caso, tomar a cultura por uma de suas manifestações, isto é, o conhecimento ou a habilidade em administrar recursos? Muitos foram os que se dedicaram a estabelecer uma definição mais ou menos abrangente da cultura. Alguns autores já afirmaram que a cultura manifestar-se-ia quase sempre por uma forma-aparência, o que genericamente foi vulgarizado em termos de usos e costumes. Para outros, a cultura apareceria, então, em formas manifestas e historicamente construídas como a linguagem, as técnicas de aproveitamento de recursos oferecidos pelo meio, as construções mentais, ou ainda

a interpretação do imaterial. O fato de podermos reconhecer elementos da cultura, não suprime, todavia, a existência de uma unidade em si.

O jogo de espelhos sugere uma propriedade reflexiva que provoca infinitos desdobramentos e multiplicação de imagens. Essa propriedade pode, no entanto, conter distorções, deformações que, de algum modo, são identificadas à realidade. A dança das sombras de Platão constitui, talvez, uma metáfora persistente dos reflexos tomados como realidade. Cabe, no entanto, uma diferença importante no que diz respeito ao conjunto de práticas econômicas que estão intimamente relacionadas à reprodução da existência. No primeiro caso, a propriedade reflexiva sugere que há funções que articulam, de fato, as duas dimensões consideradas. Mesmo reconhecendo-se a possibilidade de deformações, as estruturas econômicas são espacialmente organizadas. Não se exclui a existência de redes informais que interagem de modo bastante intenso e que, mesmo não sendo reguladas por instituições formais, apresentam um grau elevado de organização. Assim, apesar do funcionamento “real” das atividades econômicas estar submetido aos instrumentos que lhes permite maior objetividade técnica, aqueles não a definem de modo exclusivo.

Esta reflexão inicia-se com uma apresentação dos novos esquemas interpretativos da Geografia Econômica. Ressalta-se nessa seção rupturas ou, mais precisamente, inflexões no corpo dessa disciplina, cujos desdobramentos podem ser observados pela pluralidade temática. Sinteticamente, o conjunto de trabalhos examinados explora as relações entre o simbólico e o material. A consideração de tais esquemas indica que não se trata de uma simples justaposição dessas duas noções, mas de uma perspectiva analítica compreensiva. A segunda seção dedica-se à construção

desse campo de investigação. Parte-se dos principais elementos apontados anteriormente para analisar a superação da oposição entre a dimensão econômica e a dimensão cultural. Na terceira e última seção apresentamos as considerações finais, enfatizando o caráter exploratório dessa reflexão e a necessidade de se ampliar o leque de trabalhos nesse campo no Brasil.

1. Os Novos Esquemas Interpretativos da Geografia Econômica

Enveredar-se por caminhos ainda inexplorados, ou parcialmente explorados, consiste, talvez, no mais instigante dos desafios da pesquisa. Os resultados são, necessariamente, parciais. A busca nunca termina. Assim, continuamos no aprendizado de esquemas interpretativos que forneçam elementos de elucidação para novas questões. Em trabalho anterior buscou-se compreender as relações entre espaço, economia e cultura e, para tanto, propôs-se uma agenda de pesquisas (Pires do Rio, 2001). Na ocasião, as perspectivas abertas pela Geografia Cultural no Brasil (Claval, 1999 a, 1999 b, Corrêa, 1999) permitiram distinguir quatro linhas distintas e complementares de análise que articulasse espaço, economia e cultura: a) os mecanismos que redefinem valores simbólicos que acabam por incorporar valor econômico; b) a produção de imagens reais e virtuais que, portadoras de informação, estabelecem um certo consumo seletivo do lugar-paisagem; c) as políticas públicas e os discursos que as sustentam, inventando e reinventando a “cultura regional” e, finalmente d) os comportamentos que, apoiados em relações culturais, ou em uma de suas manifestações, criam relações econômicas.

O conjunto de linhas assinalado refletia, *grosso modo*, as tendências da Geografia Econômica em sua articulação com a dimensão cultural. Referindo-se à essa tendência que está configurando um campo de pesquisa, Barnes (2001) a denominou *cultural turn* (“virada cultural”). Respeitando os cortes temporais na evolução da Geografia e as influências das diferentes matrizes teórico-conceituais que influenciaram a produção da Geografia Econômica, define-se como corte temporal para essa “virada cultural” o início dos anos de 1990 (Barnes, 1996, 2001; Thrift e Olds, 1996; Thrift 2000b; Lee e Wills, 1997; Claval, 1999; Peet, 1997, 2000). Se, por um lado, a identificação de uma inflexão na evolução da Geografia Econômica apresenta um consenso quanto ao período no qual ela se cristalizou, por outro, os esquemas interpretativos são tão diversificados como o são as temáticas abordadas.

Às preocupações iniciais de delimitação do campo de investigação, acrescentam-se, na atualidade, explicações inspiradas nas mudanças intrínsecas do funcionamento dos sistemas econômicos e sociais. Sem definir uma grande ruptura epistemológica, os autores buscam superar a dualidade econômico/cultura. Scott (2000) salienta que apesar de uma certa inércia da tradição e da institucionalização da matéria (geografia econômica), contingências e instabilidades internas atuam como importantes pressões de ruptura e inflexões nas questões enfocadas. Thrift (2000b) aponta dois elementos importantes na incorporação da dimensão cultural pelo econômico: a) a crítica aos postulados da economia neoclássica, dentre os quais o de racionalidade substantiva e b) a recuperação dos trabalhos de Marshall que acentuam o papel do entorno, de uma atmosfera criativa ou dos “fatores” não-econômicos na dinâmica espacial das atividades produtivas. Na escala urbana, por

exemplo, Scott (2001) considera dois pólos: os padrões do consumo cultural de massa e as experiências de uma produção cultural policêntrica para analisar os produtos culturais gerados em grandes aglomerações. Assim, práticas e representações são estruturadas por relações sociais, de cooperação em rede e por efeitos de proximidade. Reencontram-se, por essa via, realidades passadas e presentes constitutivas da essência das interações espaciais.

Altera-se, igualmente, o foco dos estudos que consideravam instâncias econômicas como segmentos independentes das dinâmicas institucional e cultural. Para Clark et. al. (2000) as economias são necessariamente heterogêneas e caracterizam-se pela assimetria de informações, superposições e disjunções de sistemas de significados. Esse reconhecimento tem trazido para os estudos da Geografia Econômica as dimensões culturais e institucionais até então consideradas irrelevantes no funcionamento das instâncias econômicas (produção, circulação, consumo). Os elementos catalisadores desse movimento estão, assim, associados ao reconhecimento de que a) há uma dimensão cultural na dinâmica econômica, e b) não há imposição de uma dimensão sobre a outra, mas uma interação, não obstante a existência de valores instrumentais específicos. Nesse sentido os processos econômicos são igualmente processos culturais (Thrift e Olds, 1996).

Cabe, aqui, uma referência aos estudos da antropologia que já demonstraram, em escala local, os mecanismos e processos através dos quais opera-se a construção social, política e econômica de sociedades distintas. A literatura antropológica fornece, sem dúvida, uma ampla variedade de elementos explicativos sobre a dimensão cultural em seus diversos aspectos. A busca de princípios de coesão social, por exemplo, pelo extravasamento dos rituais da esfera privada para a esfera

pública como estratégia através da qual o acesso aos espaços públicos e às instituições seria assegurado por vínculos culturais suficientemente fortes, foi bastante estudada por essa disciplina². O interesse de tal abordagem refere-se à construção cultural ligada às convenções, normas e símbolos que manifestam a força das formas culturais na constituição do tecido social. Trata-se, portanto, de formas coletivas de produção que em seus aspectos de organização material são reconstruídas através das interações sociais.

Por sua vez, na Geografia, os processos de reestruturação econômica têm levado alguns autores a analisar a coesão e solidariedade sociais em função da posição do agente no campo da produção, circulação e reprodução social em termos de “enclaves étnicos” (Mitchell, 1999) e o papel da cultura no desenvolvimento regional (Peet, 2000; Gertler, 1997). Os enclaves étnicos, rurais e urbanos, são, em geral, definidos pela superimposição de uma lógica específica segundo a qual a prática cultural, os signos que definem o pertencimento dos indivíduos ou grupos à uma certa “cultura”, isto é, gestos, vocabulário, idioma, comportamento, atuam de duas maneiras: como forma de resistência e como rede de conexão para acesso a crédito e informação, constituindo, portanto, uma modalidade de organização com vistas à inserção em sistemas mais amplos. Esses aspectos são importantes, principalmente em áreas metropolitanas, com grande contingente de migrantes que compartilham língua, cultura, religião ou a mesma origem geográfica³.

No que diz respeito ao papel da cultura no desenvolvimento regional, a ênfase tem sido a de apontar como a cultura tem, ao longo do tempo, produzido e reproduzido práticas e instituições. Num estudo sobre o desenvolvimento regional, Peet (2000) argumenta que os fluxos de informação precisam ser contextualizados antes de

contribuírem para a definição e realização das atividades econômicas. A ênfase aqui está na investigação das origens de sistemas econômicos como racionalidades emergentes em regiões com diferenças culturais importantes. Para esse autor, cada região contribui de modo específico para a cultura econômica do sistema capitalista global.

Para os objetivos desse trabalho, ressalta-se, de modo bastante sintético, como elemento principal da dimensão cultural do econômico, as relações que se estabelecem entre agentes econômicos e os vários referenciais por eles mobilizados na própria interação que estabelecem entre si. Em outros termos, os agentes econômicos não mais poderiam ser definidos e qualificados em função dos argumentos mobilizados como lhes sendo característicos ou inerentes à suas respectivas posições, mas qualificados segundo as possibilidades que se apresentam no estabelecimento de coalisões de duração e com graus de coesão variáveis. O deslocamento do foco para as relações entre agentes econômicos coloca em relevo as formas de inserção em sistemas de significados e normas que conduzem a vida social em seus diversos aspectos.

Essas interrogações nos parecem pertinentes na medida em que o interesse não está focalizado nas influências diretas de um campo sobre o outro como lógicas distintas, sentidos e normas específicos, mas na tentativa de se compreender os mecanismos que definem e governam o econômico-cultural. Uma tal opção não se faz sem riscos porque nela há a conjugação de instâncias que se manifestam separadamente de forma clara, estável. Instâncias que seriam previamente delimitadas tornam-se, assim, parte constituinte da problemática que se pretende examinar. Essa aceção implica que não há uma fronteira das instâncias com

limites estáveis e bem definidos. Os limites são considerados, por conseguinte, fluídos, cuja delimitação que varia em função da ênfase atribuída aos elementos constitutivos de cada uma das instâncias consideradas e da capacidade explicativa dos argumentos mobilizados para analisar processos que podem ser concebidos como sendo predominantemente de uma outra instância.

2. Esboçando um Campo de Investigação

O caminho escolhido para compreender a dimensão cultural do econômico inspira-se no que Bourdieu (1984) considera como lógica específica da esfera de produção cultural, isto é, a produção cultural é influenciada pelo econômico, tanto quanto qualquer outro campo da vida social. Nesse sentido, a cultura pode assumir o papel de instrumento de legitimação de uma ordem arbitrária que se impõe, seja pela força, seja pela natureza estruturante das funções ideológicas e econômicas. Trata-se, pois, de perceber as relações sócio-econômicas como elementos “naturais” que contribuem para manutenção das condições de produção e reprodução sociais. No sentido atribuído por Bourdieu, a dimensão econômica no campo cultural corresponde ao entendimento das práticas culturais como expressão das condições de reprodução social e como portadoras de uma lógica específica.

Observa-se, nesse aspecto, os fundamentos da clivagem que remonta ao debate filosófico entre valor extrínseco e valor intrínseco. Não cabe nos objetivos desse trabalho a retomada desse debate. Adota-se como referência a oposição entre essas duas lógicas: a orientação instrumental da dimensão econômica opera como meio para atender aos objetivos de reprodução social, enquanto a dimensão cultural possui uma orientação intrínseca, cujo valor dos objetos e artefatos é aceito em si

(Sayer, 1997). Essa oposição é contestada por vários autores. No campo das artes e da literatura, esferas de produções culturais reconhecidas e legitimadas, a produção cultural estaria associada a um espaço estruturado com leis próprias de funcionamento. Ao contrário da dualidade valor extrínseco e valor intrínseco, haveria múltiplas racionalidades passíveis de serem mobilizadas. Bourdieu (1993), por exemplo, considera os valores simbólicos inseridos no campo de negociação e de busca de inserção nos projetos da modernidade como instrumental lógico culturalmente construído. Massey (1997) retoma esse mesmo argumento. Para essa autora não significa que a prática cultural, ou o não-econômico, seja equivalente à racionalidade econômica, mas o reconhecimento de que a lógica econômica é culturalmente construída e, portanto, a expressão do econômico na cultura é uma extensão de situações sociais e políticas concretas. Trata-se, desse ponto de vista, de processos de representação e de ação sensíveis a contextos precisos, cultural e socialmente construídos e que, portanto, não se definem de modo exclusivo pela racionalidade econômica⁴. O interesse dessa perspectiva reside na crítica da racionalidade econômica e da intencionalidade predeterminada e planejada, sem interferências dos elementos culturais.

Quais seriam os campos possíveis para a imbricação das múltiplas racionalidades que atuariam na transformação de valores intrínsecos em valores extrínsecos? Algumas pistas para responder a essa pergunta podem ser encontradas nas experiências e reflexões sobre as dinâmicas pós-modernas de reinvenção da tradição. Podemos admitir a existência de uma instância de convergência de dois campos de argumentação. Uma argumentação própria à instância do valor intrínseco que pode ser identificado à idéia de natureza, do natural, da naturalidade

e da autenticidade que compõem, na realidade, as qualidades reais e efetivas do valor em si, qualidades internas à sua condição. Ao contrário, uma segunda instância, é definida pelo objetivo externo da produção e reprodução social. O valor é, nesse caso, uma determinação social e econômica, portanto, extrínseco à qualidade em si.

A instância de convergência pode ser interpretada como um mercado cultural. Um exemplo disso refere-se à argumentação centrada em torno da produção de *commodities culturais*, ou, como consideram alguns autores, a reinvenção da tradição. Markwick (2001) discute a reinvenção da tradição no sentido atribuído por Hobsbawm (1983), isto é, como construção recente e estratégia de afirmação de “herdeiros” legítimos de uma cultura que, desterritorializada, por força das condições econômicas na região de origem, procura manter sua identidade nos locais para os quais migra. Distante do local de origem, indivíduos e grupos adotam uma perspectiva de revalorização daquilo que deixaram. Abre-se uma perspectiva de criação de redes institucionais capazes de alimentar a tradição. No caso da Irlanda, Markwick evoca liberdade, paz e pertencimento à uma tradição como temas dominantes nas representações que se faz desse país. São essas representações que se tornam veículos privilegiados de uma identidade coletiva e que fazem sobreviver mercados culturais concretos. Valoriza-se, assim, o desejo por viver o local e compartilhar a identidade que somente o reencontro, mesmo que virtual, com a comunidade “abandonada”. Como espaço singularizado, esta última assume valor intrínseco. O reencontro com o passado requer a produção de imagens dos lugares; seu consumo, no entanto, somente se realiza num sistema de valores extrínsecos.

Duas características sobressaem-se nesse campo de investigação. A primeira delas refere-se ao conteúdo das imagens projetadas que *valorizam* lugares e regiões. Há nesse conteúdo um distanciamento daquilo que pode ser perturbador. No exemplo acima desenvolvido, os espaços “vazios” como expressão de liberdade, paz e autenticidade impõem-se às especificidades geográficas e históricas do país. Mesmo premidas pela atualidade, tais imagens resgatam a vida cotidiana e a tradição para atribuir-lhes valor. A segunda característica diz respeito ao potencial explicativo que a articulação entre os valores intrínseco e extrínseco oferece. De tal articulação depreende-se que a atividade econômica não pode ser compreendida independentemente dos sistemas de significados e normas (Sayer, 1997).

Aceitar essas características pode auxiliar na delimitação desse campo de investigação. Espaço, economia e cultura foram conceitos desenvolvidos por diferentes disciplinas nos últimos três séculos. As características acima assinaladas representam uma possibilidade de se analisar de modo imediato a apropriação do conteúdo da experiência (individual e coletiva) e transformá-la em valor extrínseco. Essa possibilidade constitui, no nosso entender, a base de um procedimento metodológico para esse campo de investigação que, ainda não completamente consolidado, recupera noções distintas num sistema de representação e de normas, cuja singularidade interfere na nossa própria compreensão da dinâmica espacial contemporânea.

Uma aplicação das idéias expostas deveria satisfazer, porém de modo não exclusivo, quatro etapas:

- delimitação de configurações sociais que utilizam estratégias de representação na construção contraditória de espaços singulares;

- identificação das práticas e estratégias que visam transformar valores intrínsecos em valores extrínsecos e, por essa via, inserirem espaços em um sistema de representação e de normas mais amplo;
- identificação das instâncias institucionais e informais que asseguram coesão social e criam espaços de atuação específicos em diversas escalas;
- identificação das estratégias culturais que permitem o consumo seletivo do tempo e do espaço.

Assume-se que essas etapas consistiriam na base de uma investigação que possa romper com interpretações simplificadoras das práticas culturais como sobredeterminação do sócio-espacial ou do imperativo econômico como instância hierárquica superior ao cultural.

Considerações Finais

Nesta rápida apresentação e análise sobre a dimensão cultural do econômico, buscou-se mostrar que natureza das questões alterou-se substancialmente na produção da Geografia Econômica. Uma variedade importante de temas emergiu, caracterizando um momento de grande riqueza e riscos nos caminhos que estão sendo explorados. Nada disso invalida, porém, a vitalidade criativa desse período.

O campo de investigação aqui esboçado procurou contemplar, ainda que de modo bastante imperfeito, esquemas múltiplos de racionalidades. Como em qualquer momento de ruptura, observa-se uma composição heterogênea. Não há ainda elementos suficientes que nos permitam definir com precisão uma ruptura drástica.

A “virada cultural” na Geografia Econômica, consiste, assim, numa ampliação do campo de análise que refuta uniformidades pré-estabelecidas.

As tentativas de articulação entre as dimensões cultural e econômica apresentam resultados heterogêneos. Esses resultados espelham a construção de novos referenciais e colocam questões importantes. Além dos exemplos citados ao longo desse trabalho, muitos outros existem e podem ser analisados mais profundamente. Embora os esquemas interpretativos relatados consistam em experiências recentes, espera-se que o esforço de construção de um campo de investigação e de definição de etapas de cunho metodológico estimule pesquisas futuras e projetos consistentes.

No Brasil, uma massa de estudos traduzidos e a elaboração de trabalhos originais em Geografia Cultural têm contribuído decisivamente para a abertura de linhas de pesquisa e produção crítica sobre vários temas. Além disso, a abertura de uma nova área de concentração em Geografia e Cultura em alguns dos programas de pós-graduação indicam a expressão que essa linha vem assumindo. Há ainda muitos domínios a serem explorados e que necessitam de uma produção teórica e empírica. No plano metodológico, a abertura desse campo de investigação permite a renovação de questões relativas ao papel estruturante do cultural nas dimensões institucional, econômica e política.

Notas:

1 - Professora do Departamento de Geografia da UFRJ. Pesquisadora do CNPq. Caixa Postal 68537 CEP. 21945-970. Rio de Janeiro. Email: gaquino@igeo.ufrj.br.

2 - O modo de representação de inserção varia tanto em abrangência como em termos de sua eficiência em assegurar tal coesão. Tal fato não invalida, contudo, esses estudos e os avanços que se fizeram em termos de representações sociais e estratégias de coesão social de atores coletivos.

3 - Deve-se notar que os estudos sobre enclaves étnicos e redes étnicas discutem as relações sociais e espaciais como mutuamente constitutivas, além de englobarem considerações críticas sobre a tendência de se generalizar tais estruturas como homogêneas (Mitchell, 2000).

4 - Na teoria econômica, a noção de racionalidade substantiva foi substituída pela noção de racionalidade limitada. Nesse segundo caso, estamos diante de uma construção social. Para alguns autores apenas as condições neurológicas são apontadas como suficientes para limitar a racionalidade. Na Geografia Econômica Clark et al. (2002) consideram que a ordem espacial impõe limites à racionalidade. A estrutura espacial dos mercados, globalmente heterogêneos e homogêneos no nível local, constitui contraste relevante em relação à racionalidade substantiva neoclássica.

Bibliografia

BARNES, Trevor. *Logics of dislocation models, metaphors and meanings as economic space*. Nova York/ Londres: The Guilfor Press, 1996.

BARNES, Trevor (2001): "Rethorizing Economic Geography: from quantitative revolution to the cultural turn." *Annals of the Association of American Geographers* 91 (3): 546-565.

BOURDIEU, Pierre. *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Londres: Routledge, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *The Field of cultural production: essays on art and literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLARK, Gordon et al. (ed.). *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2000.

- CLARK, Gordon L et. al. Agentes , Recursos e Trajetória de Dependência: dando sentido ao desenvolvimento regional europeu. *Território* (11) no prelo, 2002.
- CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R L (org). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999a.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999b.
- CORRÊA, Roberto L. Geografia cultural: passado e futuro- uma introdução. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R L (org). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R L e ROSENDAHL, Z (org). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COSGROVE, Denis. Geografia cultural do milênio. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R L (org). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- GERTLER, Meric. "The invention of regional culture". In LEE, Roger e WILLS, Jane (ed.). *Geographies of Economies*. Londres: Arnold, 1997.
- HOBBSAWM, Eric. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- MARKWICK, Marion (2001): "Marketing Mythys and the Cultural Commodification of Ireland". *Geography* 86 (1): 37-49.
- MARTIN, Ron. Institutional Approches in Economic Geography. In: SHEPPARD, Eric e BARNES, Trevor (ed.). *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell, 2000.

- MASSEY, Doreen. Economic/Non-Economic. In: LEE, Roger e WILLS, Jane (ed.). *Geographies of Economies*. Londres: Arnold, 1997.
- MITCHELL, Katharyne. Flexible Circulation in the Pacific Rim: Capitalisms in Cultural Context. In: BRYSON, John et al. (ed.). *The Economic Reader*. Chichester, Inglaterra: Wiley, 1999.
- MITCHELL, Katharyne. Networks of Ethnicity. In: SHEPPARD, Eric e BARNES, Trevor (ed.). *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell, 2000.
- PEET, Richard. The Cultural Production of Economic Forms. In: LEE, Roger e WILLS, Jane (ed.). *Geographies of Economies*. Londres: Arnold, 1997.
- PEET, Richard (2000): "Culture, imaginary and rationality in regional economic development". *Environment and Planning A* 32 (7): 1215-1234.
- PIRES DO RIO, Gisela. Espaço, Economia e Cultura: uma possível agenda de pesquisa. In: ROSENDAHL, Z e CORRÊA, R L. (org). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- SAYER, Andrew. The dialectic of Culture and Economy. In: LEE, Roger e WILLS, Jane (ed.). *Geographies of Economies*. Londres: Arnold, 1997.
- SCHOENBERGER, Erica. *The cultural crisis of the firm*. Oxford: Blackwell, 1997.
- SCOTT, Allen. Economic Geography: the great half-century. In CLARK, Gordon et al. (ed.) *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2000.
- SCOTT, Allen (2001): "Capitalism, cities, and the production of symbolic forms". *Transactions of Inst Br Geogr* 26 (11): 11-23.
- THRIFT, Nigel (2000a): "Performing Cultures in the New Economy". *Annals of the Association of American Geographers* 90 (4): 674-692.

THRIFT, Nigel. Pandora's box? Cultural Geographies of Economies. In: CLARK, Gordon et al. (ed.) *The Oxford Handbook of Economic Geography*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 2000b.

THRIFT, Nigel e OLDS, Kris (1996): "Refiguring the economic in economic geography" *Progress in Human Geography* 20 (3), pp. 311-337.